

ANEXO I / ANEXO I

CENTRO DE FORMAÇÃO - ACORDO DE EMPRESA OU ENTIDADE PARA ESTÁGIOS CURRICULARES EM LOCAIS DE TRABALHO

CONVENIO CENTRO EDUCATIVO - EMPRESA O ENTIDAD PARA LA REALIZACIÓN DE PRÁCTICAS FORMATIVAS EN CENTROS DE TRABAJO

Acordo/ Convenio nº: F _____ / _____ / _____

Data da assinatura / Fecha de firma: _____ / _____ / _____

ESCOLA / CENTRO EDUCATIVO

Diretor / Director/a:

Escola/Centro:

Contacto/Contacto:

EMPRESA OU INSTITUIÇÃO / EMPRESA O INSTITUCIÓN

Representante / Representante:

Nome / Nombre:

Contacto / Contacto:

EXPOSIÇÃO / EXPOSICIÓN

1. Que ambas as partes reconhecem reciprocamente capacidade e legitimidade para assinar o presente acordo de parceria.

2. Que o objeto do presente acordo é a colaboração entre ambas entidades para a realização de estágios curriculares por parte dos estudantes dos ciclos de formação de nível secundário e superior, Formación Profesional Básica, Programas Formativos de Qualificación Básica, Cursos de Especialización e Bloco de Formação Prática (BFP) do Ensino de Regime Especial, no âmbito territorial da Comunitat Valenciana.

1. Que ambas partes se reconocen recíprocamente capacidad y legitimidad para suscribir el presente convenio de colaboración.

2. Que el objeto del presente convenio es la colaboración entre ambas entidades para la realización de prácticas formativas por parte del alumnado de los ciclos formativos de grado medio y superior, Formación Profesional Básica, Programas Formativos de Cualificación Básica, Cursos de Especialización y Bloque de Formación Práctica (BFP) de las Enseñanzas de Régimen Especial, en el ámbito territorial de la Comunitat Valenciana.

ACORDO / ACUERDO

1. Assinar este acordo de colaboração para o desenvolvimento da Formação no Local de Trabalho, em conformidade com o artigo 42. 2 da Lei Orgânica 2/2006, de 3 de maio, da Educação, Artigo 25 do Decreto Real 1147/2011, de 29 de julho, que estabelece a organização geral da formação profissional no sistema educativo e o Despacho 12/2022, de 9 de março, da Conselleria de Educação, Cultura e Desporto, que regula o módulo profissional de Formação no Local de Trabalho (FCT) de ciclos de formação de nível secundário e superior, Formação Profissional Básica, Programas de Formação de Qualificação Básica, Cursos de Especialização e Bloco de Formação Prática (BFP) de Educação em Regime Especial, no âmbito territorial da Comunitat Valenciana.

2. Este acordo destinar-se-á aos alunos da escola designados nas folhas em anexo, nos períodos e horários especificados, acrescentando novas listas de alunos em sucessivos períodos de estágio.

1. Suscribir el presente convenio de colaboración para el desarrollo de la Formación en Centros de Trabajo, según el artículo 42.2 de la Ley Orgánica 2/2006, de 3 de mayo, de Educación, el artículo 25 del Real Decreto 1147/2011, de 29 de julio, por el que se establece la ordenación general de la formación profesional del sistema educativo y la Orden 12/2022, de 9 de marzo, de la Conselleria de Educación, Cultura y Deporte, por la que se regula el módulo profesional de Formación en Centros de Trabajo (FCT) de los ciclos formativos de grado medio y superior, Formación Profesional Básica, Programas Formativos de Cualificación Básica, Cursos de Especialización y Bloque de Formación Práctica (BFP) de las Enseñanzas de Régimen Especial, en el ámbito territorial de la Comunitat Valenciana.

2. El presente convenio afectará a los alumnos/as del centro educativo que se relacionan en hojas anexas, en los períodos y horarios que se especifican, añadiéndose nuevas relaciones de alumnos/as en sucesivos períodos de prácticas.

PRIMEIRA

O representante da empresa ou instituição declara, em conformidade com o disposto no artigo 15 da Portaria 12/2022 de 9 de março, da Conselleria de Educação, Cultura e Desporto, que regula o módulo profissional de Formação Profissional (FCT) de ciclos de formação de nível secundário e superior, Formação Profissional Básica, Programas de Formação de Qualificação Básica, Cursos de Especialização e Bloco de Formação Prática (BFP) de Educação em Regime Especial, no âmbito territorial da Comunitat Valenciana, que a empresa ou instituição signatária, bem como os instrutores, cumpriam os requisitos estabelecidos nos artigos 12º e 13º da mesma.

SEGUNDA

Em nenhuma circunstância os estudantes terão qualquer ligação ou relação laboral com a empresa, tal como estabelecido na primeira disposição adicional do D.R. 2317/1993, de 29 de dezembro (BOE de 31 de dezembro).

TERCEIRA

O centro de trabalho pode oferecer pelo menos um posto de formação, independentemente do número de trabalhadores que possua. A fim de oferecer mais postos de formação simultaneamente, será necessário manter a proporção de um posto de formação para cada três trabalhadores, sem que o número de postos de formação oferecidos numa determinada categoria, função ou perfil seja superior ao número de trabalhadores no centro de trabalho da mesma categoria, função ou perfil.

PRIMERA

El representante de la empresa o institución declara en virtud del presente documento, de acuerdo con lo prescrito en el artículo 15 de la Orden 12/2022 de 9 de marzo, de la Conselleria de Educación, Cultura y Deporte, por la que se regula el módulo profesional de Formación en Centros de Trabajo (FCT) de los ciclos formativos de grado medio y superior, Formación Profesional Básica, Programas Formativos de Cualificación Básica, Cursos de Especialización y Bloque de Formación Práctica (BFP) de las Enseñanzas de Régimen Especial, en el ámbito territorial de la Comunitat Valenciana, que la empresa o institución firmante, así como las personas instructoras, cumplían los requisitos establecidos en los artículos 12 y 13 de la misma.

SEGUNDA

Los/Las alumnos/as no tendrán en ningún caso vinculación o relación laboral con la empresa, según lo establecido en la disposición adicional primera del R.D. 2317/1993, de 29 de diciembre (BOE de 31 de diciembre).

TERCERA

El centro de trabajo podrá ofrecer al menos un puesto formativo con independencia del número de trabajadores/as con que cuente. Para ofrecer más puestos formativos de manera simultánea, será necesario mantener la relación de un puesto formativo por cada tres trabajadores/as, sin que el número de puestos formativos ofrecidos de una determinada categoría, funciones o perfil sea superior al de las personas trabajadoras del centro de trabajo de la misma categoría, funciones o perfil.

QUARTA

A empresa nomeará um ou mais instrutores de entre os seus empregados para coordenar e acompanhar as atividades de formação a realizar pelos estudantes no local de trabalho, bem como para elaborar os relatórios de avaliação que contribuem para a avaliação dos estudantes.

QUINTA

O centro de trabalho deve notificar com antecedência suficiente quaisquer alterações nos calendários ou horários dos estudantes em estágios curriulares que envolvam uma extensão, bem como qualquer modificação da localização habitual do centro de trabalho.

SEXTA

Os estudantes não podem realizar estágios curriculares sem as correspondentes autorizações da direcção da escola e sem informar a Inspeção de Educação correspondente da escola e a Direcção Geral responsável pela Educação, fora do território espanhol e fora do quadro de programas geridos pela Conselleria responsável pela Educação.

Quando, no decurso do estágio, e mesmo quando incluído nos períodos e horários previstos para o seu desenvolvimento, o estudante tenha de deixar o território espanhol, o centro de trabalho deve informar o professor responsável sobre isso e solicitar autorização para o fazer.

SÉTIMA

No caso de a empresa ou entidade contratar o estudante antes do fim do período de estágio, a empresa deve informar o centro educativo desta situação.

OITAVA

Quando o aluno realiza o módulo profissional da FCT no mesmo local de trabalho onde realiza trabalho remunerado, os horários dos estágios curriculares e do trabalho remunerado, bem como os postos de formação e os postos de trabalho, devem ser claramente diferenciados.

NONA

Qualquer eventual acidente que possa ocorrer no local de trabalho ou durante a viagem de ou para o local de trabalho será coberta pela apólice de seguro escolar, em conformidade com os regulamentos estabelecidos pelo Decreto 2078/1971 de 13 de agosto(BOE de 13 de setembro). Isto sem prejuízo da apólice de seguro adicional de acidentes subscrita pela Conselleria de Educação para estudantes em escolas com financiamento público.

DÉCIMA

A duração deste acordo de colaboração será de quatro anos letivos a partir da data da sua assinatura. Os signatários do acordo, em qualquer altura antes do fim do período previsto,

CUARTA

La empresa nombrará de entre sus personas trabajadoras uno/a o más instructores/as para la coordinación y seguimiento de las actividades formativas a realizar por el alumnado en el centro de trabajo, así como para la realización de los informes valorativos que contribuyan a la evaluación del alumnado.

QUINTA

El centro de trabajo comunicará con suficiente antelación, los cambios que se produzcan en los calendarios u horarios del alumnado en prácticas formativas que impliquen una ampliación, así como cualquier desplazamiento fuera de la localización habitual del centro de trabajo.

SEXTA

El alumno/a no podrá desarrollar prácticas formativas, sin las correspondientes autorizaciones por parte de la dirección del centro educativo e información a la Inspección de Educación correspondiente del centro y a la dirección general competente en materia de Educación, fuera del territorio español y fuera del marco de programas de la conselleria competente en materia de educación.

Cuando en el desarrollo de sus prácticas, e incluso estando incluidas en los periodos y horarios contemplados para su desarrollo, el alumno/a deba abandonar el territorio español, el centro de trabajo deberá comunicarlo y realizar solicitud de autorización al/a la tutor/a.

SÉPTIMA

Caso de producirse por parte de la empresa o entidad contratación laboral del/de la alumno/a con antelación a la finalización del periodo de prácticas, la empresa comunicará al centro educativo dicha situación.

OCTAVA

Cuando el/la alumno/a realice el módulo profesional de FCT en el mismo centro de trabajo donde desempeña trabajo remunerado, los horarios de prácticas formativas y de trabajo remunerado, así como los puestos formativos y los puestos de trabajo estarán claramente diferenciados.

NOVENA

Cualquier eventualidad de accidente que pudiera producirse en el centro de trabajo o en el desplazamiento al o desde el mismo, será contemplada a tenor del seguro escolar, conforme con la reglamentación establecida por el Decreto 2078/1971, de 13 de agosto (BOE de 13 de septiembre). Todo ello sin perjuicio de la póliza de seguro adicional de accidentes suscrita por la Conselleria de Educación para el alumnado de los centros docentes sostenidos con fondos públicos.

DÉCIMA

La duración de este convenio de colaboración será de cuatro cursos académicos desde la fecha de su firma. Los firmantes del convenio, en cualquier momento antes de la finalización

podem unanimemente concordar em prorrogá-lo por um período adicional de quatro anos letivos. O presente acordo produz efeitos a partir do momento da sua assinatura.

DÉCIMA PRIMEIRA

O Programa de Formação será estabelecido por acordo mútuo entre o professor responsável e o formador no centro de trabalho e se constituirá anexo a este acordo.

DÉCIMA SEGUNDA

Os representantes dos trabalhadores no local de trabalho devem ser informados do conteúdo específico do Programa de Formação.

DÉCIMA TERCEIRA

Os estudantes devem realizar o estágio curricular em condições conformes e seguindo todos os protocolos determinados pela legislação em vigor sobre prevenção de riscos profissionais e vigilância médica, para além dos estabelecidos pelo centro de trabalho para o posto de formação.

DÉCIMA QUARTA

Quando o posto de formação exigir a utilização de equipamento de trabalho, este deve ser fornecido pelo centro de trabalho e deve estar em boas condições de utilização e ter passado os controlos de qualidade pertinentes. Do mesmo modo, quando o posto de formação requeira equipamento de protecção pessoal, este deve ser fornecido pelo centro de trabalho. Os estudantes podem utilizar o equipamento de protecção pessoal previamente fornecido, sendo a empresa responsável por assegurar a sua correta utilização.

DÉCIMA QUINTA

O não cumprimento, por parte do centro de trabalho, dos protocolos sobre prevenção de riscos ou higiene e segurança resultará na rescisão do acordo de colaboração.

DÉCIMA SEXTA

1. No que se refere ao acesso aos dados pessoais dos estudantes, professores ou trabalhadores participantes nas ações do acordo de colaboração, ambas as partes comprometem-se a respeitar as suas obrigações decorrentes da Lei Orgânica 3/2018, de 5 de dezembro, sobre a Protecção de Dados Pessoais e Garantia dos Direitos Digitais, e do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.

2. Exercício dos direitos: Os titulares dos dados têm o direito de solicitar o acesso aos seus dados pessoais, retificação ou eliminação dos seus dados pessoais, restrição do tratamento, de se oporem ao tratamento, ou de não serem sujeitos a uma decisão baseada unicamente no tratamento automatizado,

del plazo previsto, podrán acordar unánimemente su prórroga por un periodo de hasta cuatro años adicionales. El presente convenio surtirá efecto desde el momento de su firma.

UNDÉCIMA

El Programa Formativo será establecido de común acuerdo entre el tutor/a y la persona instructora del centro de trabajo y constituirá un anexo al presente convenio.

DUODÉCIMA

Los/las representantes de los/las trabajadores/as del centro de trabajo serán informados/as del contenido específico del Programa Formativo.

DECIMOTERCERA

El alumnado deberá desarrollar las prácticas formativas en condiciones acordes y siguiendo todos los protocolos que determine la legislación vigente en materia de prevención de riesgos laborales y vigilancia de la salud establecidos, además de los que establezca el centro de trabajo para el puesto formativo.

DECIMOCUARTA

Cuando el puesto formativo requiera la utilización de equipo de trabajo, éste será proporcionado por el centro de trabajo y deberá estar en buenas condiciones de uso y haber superado los controles de calidad pertinentes. Asimismo, cuando el puesto formativo requiera equipo de protección individual, éste será proporcionado por el centro de trabajo. El alumnado podrá utilizar los equipos de protección individual de que disponga previamente, siendo la empresa la encargada de velar por el correcto uso de los mismos.

DECIMOQUINTA

El incumplimiento por parte del centro de trabajo de los protocolos en materia de prevención de riesgos o de vigilancia de la salud dará lugar a la rescisión del convenio de colaboración.

DECIMOSEXTA

1. En la medida en que puedan tener acceso a datos personales del alumnado, docentes o trabajadores participantes en las acciones del convenio de colaboración, ambas partes se comprometen a respetar sus obligaciones derivadas de la Ley Orgánica 3/2018, de 5 de diciembre, de Protección de Datos personales y garantía de los derechos digitales, y del Reglamento (UE) 2016/679 del Parlamento Europeo y del Consejo, de 27 de abril de 2016, relativo a la protección de las personas físicas en lo que respecta al tratamiento de datos personales y a la libre circulación de estos datos.

2. Ejercicio de derechos: Las personas interesadas tienen derecho a solicitar el acceso a sus datos personales, la rectificación o supresión de estos, a la limitación de su tratamiento, a oponerse al mismo o a no ser objeto de una decisión basada únicamente en el tratamiento automatizado,

incluindo a definição de perfis, através dos seguintes canais:

No caso das escolas propriedade da Generalitat, através do procedimento telemático acessível em https://www.gva.es/es/inicio/procedimientos?id_proc=19970 (certificado digital requerido), ou enviando uma carta para a Conselleria de Educação, Cultura e Desporto para Av. de Campanar, 32, 46015 València, ou para o endereço electrónico protecciodedadeseducacio@gva.es.

Se desejar exercer os seus direitos contra o proprietário do centro de trabalho, pode fazê-lo enviando o seu pedido para o seguinte endereço de correio electrónico ou postal:

3. Período de conservação e eliminação dos dados: Os dados pessoais serão conservados durante o tempo necessário para cumprir a finalidade para a qual são recolhidos, respeitando os períodos estabelecidos nos regulamentos em vigor para o cumprimento das obrigações e responsabilidades legais, sendo apagados em conformidade com as disposições dos regulamentos sobre ficheiros e documentação.

4. Sem prejuízo de outras disposições derivadas do RGPD e do LOPGDD, e sem que isto seja entendido como sendo de natureza restritiva, o PROPRIETÁRIO DO CENTRO DE TRABALHO terá as seguintes obrigações em relação aos estudantes e ao pessoal docente:

- Processar os dados pessoais dos estudantes apenas com a finalidade de seleção para a realização da formação na empresa e, se aplicável, para o recrutamento das pessoas selecionadas.

- Uma vez concluído o processo de seleção, os dados dos estudantes que não forem selecionados serão apagados pela empresa.

- Processar os dados dos estudantes selecionados para os seguintes fins: desenvolver a atividade de formação; informar a pessoa interessada dos riscos profissionais existentes e das medidas de prevenção e/ou proteção pertinentes; facultar o acesso às instalações e aos meios materiais e digitais essenciais para o desenvolvimento das suas tarefas; gerir o pagamento do montante estipulado no respetivo contrato ou bolsa; garantir a formação dos estudantes durante o período estipulado, controlá-la e avaliá-la, emitindo os certificados correspondentes; e, em geral, garantir as obrigações e os direitos dos estudantes ao abrigo do presente acordo e do regulamento aplicável.

- Processar os dados do pessoal docente a fim de estabelecer um mecanismo de contacto, comunicação e acompanhamento do programa de formação do estudante que garanta o seu acompanhamento e avaliação, bem como as visitas do pessoal docente aos centros de trabalho.

- Informar os estudantes e o pessoal docente sobre o tratamento dos seus dados em conformidade com as disposições dos artigos 13 e 14 da RGPD.

- Não realizar qualquer processamento de dados de estudantes e pessoal docente para fins diferentes dos descritos, bem como para cumprir as obrigações estabelecidas

incluida la elaboración de perfiles, a través de las siguientes vías:

En el caso de centros educativos de titularidad de la Generalitat, a través del trámite telemático accesible https://www.gva.es/es/inicio/procedimientos?id_proc=19970 (requiere certificado digital), o remitiendo escrito a la Conselleria de Educación, Cultura y Deporte dirigido a Av. de Campanar, 32, 46015 València, o a la dirección electrónica protecciodedadeseducacio@gva.es

Si se desea ejercer los derechos frente al titular del centro de trabajo, podrá hacerlo dirigiendo su solicitud a la siguiente dirección electrónica o postal:

3. Plazo de conservación y supresión de los datos: Los datos personales se conservarán durante el tiempo necesario para cumplir con la finalidad para la que se recaban, respetando los plazos establecidos en las normas vigentes para el cumplimiento de obligaciones y responsabilidades legales, siendo suprimidos de acuerdo con lo establecido en la normativa de archivos y documentación.

4. Sin perjuicio de otras previsiones derivadas del RGPD y la LOPGDD, y sin que se entienda con carácter limitativo, el TITULAR DEL CENTRO DE TRABAJO tendrá las siguientes obligaciones respecto al alumnado y profesorado:

- Tratar los datos personales del alumnado solo con el fin de llevar a cabo la selección para realizar la formación en empresa y si procede, para la contratación de las personas seleccionadas.

- Realizada la selección, los datos del alumnado no seleccionado serán suprimidos por la empresa.

- Tratar los datos del alumnado seleccionado con los siguientes fines: desarrollar la actividad formativa; informar a la persona interesada de los riesgos laborales existentes y de las medidas de prevención y/o protección pertinentes; proporcionar el acceso a las dependencias y a los medios materiales y digitales indispensables para el desarrollo de sus tareas; gestionar el abono de la cantidad estipulada en el respectivo contrato o beca; garantizar la formación del alumnado durante el periodo estipulado y realizar su seguimiento y evaluación, con la emisión de las correspondientes certificaciones; y en general, garantizar las obligaciones y derechos del alumnado en virtud del presente convenio y normativa que sea de aplicación.

- Tratar los datos del profesorado con la finalidad de establecer un mecanismo de contacto, comunicación y seguimiento del programa de formación del alumnado que garantice su seguimiento y evaluación, así como las visitas del profesorado a los centros de trabajo.

- Informar al alumnado y profesorado del tratamiento de sus datos conforme a lo establecido en los artículos 13 y 14 del RGPD.

- No llevar a cabo ningún tratamiento de los datos del alumnado y profesorado con fines distintos a los descritos, así como dar cumplimiento a las obligaciones establecidas en este

no presente acordo e os regulamentos legais aplicáveis.

- Tratar os dados pessoais tanto dos alunos como dos docentes com as devidas medidas de segurança, bem como garantir o exercício dos seus direitos nos termos estabelecidos no RGPD.

Do mesmo modo, o ESTUDANTE terá, entre outras, as seguintes obrigações:

- Manter em segredo os dados pessoais a que têm acesso no desenvolvimento de atividades de formação na empresa, e o dever de os utilizar exclusivamente para os fins relacionados com os mesmos, de não os comunicar a terceiros por qualquer meio e de não os guardar uma vez que os mesmos tenham sido completados.
- Obter autorização dos instrutores do centro de trabalho para aceder à documentação (listas, certificados, aplicações informáticas ou bases de dados) contendo dados pessoais.

- Não identificar, nos documentos académicos criados como resultado da atividade de formação na empresa (relatórios, projetos, exposições, etc.), o pessoal do centro de trabalho pelo nome e apelido ou quaisquer outros dados que possam estar relacionados com uma pessoa singular identificada ou identificável, a menos que expressamente autorizado a fazê-lo.

No que diz respeito aos PROFESSORES, tratarão os dados dos seus interlocutores na empresa e outros possíveis dados de terceiros a que tenham acesso, com o objetivo de acompanhar e avaliar a atividade de formação dos seus alunos.

O incumprimento por qualquer das partes das obrigações acima descritas e das restantes disposições contempladas nos regulamentos de proteção de dados pode resultar na prática de uma infração, com as consequências previstas no sistema jurídico.

DÉCIMA SÉTIMA

Este acordo de colaboração está sujeito à Jurisdição Contencioso Administrativa em quaisquer questões litigiosas que possam surgir, em conformidade com as disposições da Lei 29/1998, de 13 de julho, que regula a Jurisdição Contencioso Administrativa.

convenio y normativa legal aplicable.

- Tratar los datos personales tanto del alumnado como del profesorado con las debidas medidas de seguridad, así como garantizar el ejercicio de sus derechos en los términos establecidos en el RGPD.

Asimismo, el ALUMNADO tendrá, entre otras, las siguientes obligaciones:

- Guardar secreto de los datos personales a los que tenga acceso en el desarrollo de actividad formativa en la empresa, y el deber de usarlos exclusivamente para las finalidades relacionadas con la misma, a no comunicarlos a terceros por ningún medio y a no conservarlos una vez finalizadas las mismas.
- Obtener autorización de los instructores o instructoras en el centro de trabajo para acceder a documentación (listados, expedientes, aplicaciones informáticas o bases de datos) que contengan datos personales.
- No identificar, en los documentos académicos que se generan como consecuencia de la actividad formativa en la empresa (informes, trabajos, memorias...), al personal del centro de trabajo con nombre y apellidos o cualquier otro dato que se pueda relacionar con una persona física identificada o identificable, salvo que cuente con autorización expresa para ello.

Respecto al PROFESORADO, tratará los datos de sus interlocutores en la empresa y otros posibles datos de terceras personas a los que tenga acceso, con la finalidad de realizar el seguimiento y evaluación de la actividad formativa de su alumnado.

El incumplimiento por cualquiera de las partes de las obligaciones descritas y del resto de previsiones contempladas en la normativa de protección de datos, podrá suponer la comisión de una infracción, con las consecuencias previstas en el ordenamiento jurídico.

DECIMOSÉPTIMA

El presente convenio de colaboración queda sujeto a la Jurisdicción Contencioso-Administrativa en las cuestiones litigiosas que puedan suscitarse, de acuerdo con lo previsto en Ley 29/1998, de 13 de julio, reguladora de la Jurisdicción Contencioso-Administrativa.

_____, _____, d _____ de 20 _____

Diretor da escola
Director/a del centro educativo

Representante da empresa ou instituição colaboradora
Representante de la empresa o institución colaboradora

Assinatura/Firma: _____

Assinatura/Firma: _____